

Categoria conquista Mapa da Diversidade

Com foco nos aspectos étnicos, de gênero e pessoas com deficiência, o projeto “Valorização da Diversidade no setor Financeiro”, elaborado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), num processo de discussão entre Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro Contraf-CUT) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) foi apresentado no dia 12 de fevereiro em São Paulo, em forma de workshop, aos dirigentes sindicais de todo país. O levantamento é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e que finalmente será aplicado pelas instituições financeiras.

De acordo com o presidente do sindicato dos bancários, Marco Antônio Pereira que participou dos debates, o evento teve como objetivo conscientizar o movimento sindical sobre a importância do Censo, que será aplicado em breve durante 45 dias em todas as agências bancárias de todo país.

A aplicação do mapa é mais uma conquista,



pois o assunto sempre foi levado para as mesas de negociação das campanhas nacionais.

Conforme o projeto, o Censo integra uma série de ações que visam identificar, comparar e analisar o perfil dos bancários, com base em dados referentes à cor/raça, gênero, faixa etária, escolaridade e ascensão profissional.

“O Censo é o pontapé inicial para, após a tabulação dos resultados, discutirmos com a Febraban, a implantação e implementação de Políticas de Ações afirmativas que garantam a igualdade salarial entre homens e mulheres, a contratação e ascensão profissional de negros e negras e a inclusão, com qualidade, das pessoas com deficiência, no mercado de trabalho bancário”, diz a diretora do Sindicato e da Secretaria de Políticas Sociais da Fetec-SP, Maria Izabel.



Foto: Diretores Josimar, Marco e Maria Izabel durante apresentação do workshop.

PLR é conquista da categoria

Os bancários já começaram a receber a segunda parcela da PLR conquistada na campanha nacional do ano passado. Atualmente, fruto da mobilização e de intensas negociações com os banqueiros, grande parte dos bancários estão recebendo dois salários, mas é preciso lutar para melhorar ainda mais.

Com o aumento dos lucros, os bancos têm destinado menos de 5% no pagamento da PLR. De acordo com a regra quando a distribuição do lucro líquido for inferior a 5% o valor tem de ser majorado até atingir os dois salários, respeitando também o teto de pagamento.

“É necessário alterar essa regra para que a distribuição ao trabalhador represente mais fielmente a lucratividade da empresa. A conquista do valor adici-

onal na campanha de 2006 já é um passo importante neste sentido”, diz o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira.

Trajetória: A categoria bancária foi a primeira a garantir cláusula em Convenção Coletiva Nacional, em 1995, que estabelece o pagamento da PLR. À época, os funcionários de bancos privados receberam 72% do salário mais o valor fixo de R\$ 200. Nos bancos públicos, como o BB e a Caixa, a PLR passou a ser paga de forma linear a partir da campanha de 2003, quando as direções dessas empresas passaram a negociar de fato com os sindicatos. De lá para cá, o pagamento vêm sendo aperfeiçoado até que, na última campanha, a categoria conquistou novo avanço, com melhorias na parcela adicional.

O valor foi elevado em 20%, percentual cor-

respondente ao crescimento do lucro dos bancos no 1º semestre de 2007.



Injeção na Economia: Conforme estudo do Dieese, o pagamento da PLR aos bancários, assim que concluído pelo conjunto dos bancos, injetará na economia brasileira cerca de R\$ 2,140 bilhões.

“O crédito vem em boa hora, pois alivia o orçamento doméstico, normalmente mais apertado em todo início de ano”, afirma Marco, ao classificar a PLR, como uma importante conquista da categoria, além dos avanços conseguidos no aperfeiçoamento da PLR por força da mobilização dos bancários.



SINDICALIZE-SE...

...e concorra a prêmios.

Ajude a fortalecer ainda mais o Sindicato para enfrentar novas lutas e continuar trazendo conquistas para a categoria.

Uma abelha só
não faz pressão

Congresso recebe Convenções 151 e 158 da OIT

A Presidência da República enviou para o Congresso Nacional no dia 14/02, as Convenções 151 e 158 da OIT para serem ratificadas.

Para os bancários, particularmente, a luta pela ratificação da Convenção 158 foi muito intensa nas últimas décadas, pois a medida é de extrema importância para a categoria. A Convenção proíbe que empresas lucrativas, como é o caso de todo o sistema financeiro nacional, dispensem os trabalhadores sem motivo. “Com a ratificação da 158, teremos garantia de emprego, mesmo em casos de fusão e aquisição, como ocorre com os bancos Santander e ABN neste momento”, comenta o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira.

Já a Convenção 151 da OIT, por sua vez, estabelece o direito dos servidores à negociação coletiva.



“Nos 25 anos da CUT, estamos concretizando uma etapa decisiva para transformar em realidade uma luta nossa que vem desde antes da fundação da Central. É um dia realmente histórico”, afirma o presidente da CUT, Artur Henrique.

Na avaliação de Artur, essa ação política é resultado direto da 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, que trazia as duas reivindicações como bandeiras centrais, e de todo o processo de luta das três últimas décadas. “Ainda que o ato de hoje não signifique a imediata entrada em vigor das duas convenções, representa a afirmação de uma agenda positiva, de uma pauta de desenvolvimento e de conquista de direitos para trabalhadoras e trabalhadores, do setor privado e público. Cabe a nós a mobilização permanente, a partir de agora, para garantir a mais rápida aprovação por parte dos parlamentares”, afirma Artur.

+ Empregados para Caixa + Caixa para o Brasil

A Caixa está em débito com seus empregados e com a população. A contratação de 3.000 novos empregados integra o acordo firmado com as entidades sindicais no ano passado. Isso não ocorreu e dirigentes sindicais de todo Brasil continuam recolhendo assinaturas de clientes e empregados para pressionar a direção do banco a melhorar o atendimento nas agências contratando mais trabalhadores.

Pelo compromisso assumido pela Caixa em 2007, até dezembro passado teriam de ser contratados 3.000 bancários, a empresa afirma que 1.000 entraram no banco. Só que 1.500 saíram no Plano de Antecipação da Aposentadoria (PAA). Então o ‘déficit’ da Caixa hoje é de pelo menos 3.500 trabalhadores.

Presidenta da Caixa foge dos questionamentos dos bancários

Os bancários ficaram sem respostas de quando a Caixa Federal vai proporcionar melhores condições de trabalho para seus empregados e de atendimento à população.

A presidenta Maria Fernanda Ramos Coelho e os vice-presidentes de Governo, Jorge Hereda, e de Atendimento, Carlos Borges foram questionados pelos representantes dos trabalhadores sobre a contratação de mais empregados durante entrevista coletiva no dia 12/02 para expor os resultados dos investimentos da instituição em habitação, saneamento e infra-estrutura.

Os números apresentados em relação ao aumento no quadro de funcionários não foram o suficiente para proporcionar melhores condições de trabalho para os empregados e nem um atendimento digno para população. Para comprovar essa tese, os tra-

balhadores desafiaram a direção da Caixa a fazer uma visita aos principais pontos de atendimento do banco nas regiões periféricas. Tanto a presidenta Maria Fernanda quanto os vice-presidentes poderão ter uma noção exata do que os trabalhadores estão reivindicando.

O banco, nos últimos meses figurou entre as cinco instituições mais reclamadas no ranking do Banco Central. Na última listagem divulgada em dezembro, ficou na segunda colocação.



Negociações são retomadas na Nossa Caixa

Dirigentes sindicais questionaram assédio moral, demissões e condições de trabalho



encerraram a mesa de negociação realizada no dia 15 de fevereiro sem avanços concretos.

Questionado sobre denúncias de que estaria em curso um grande processo de demissões na Nossa Caixa, o que tem provocado um clima de tensão e insegurança entre os trabalhadores, o representante do banco, Itamar Mortagua, afirmou que não haverá demissão em massa. No entanto, não descartou a possibilidade de demitir bancários considerados ‘improdutivos’. Fato que os representantes dos bancários não concordaram. “Uma pessoa ser considerada ‘im-

produtiva’ apenas pela ótica do gestor é deixar o bancário a mercê de qualquer tipo de ameaça”, diz Carlos Orphan, diretor do Sindicato e funcionário da Nossa Caixa.

Mortagua afirmou também que não haverá Programa de Demissão Voluntária (PDV). No entanto, ele disse que o banco está fazendo gestão segmentada de custo, balizando o custo/benefício de cada funcionário.

Assédio moral - Assédio moral foi um dos principais temas debatidos na negociação. Os dirigentes sindicais levaram uma série de denúncias de bancários que não estão suportando a política de ameaças e perseguições de parte de diversos gestores.

A direção da Nossa Caixa reconheceu a existência do problema e se comprometeu a fazer esclarecimentos junto aos trabalhadores por meio de do-

documentos, treinamentos e reuniões com todos os empregados.

No que se refere ao Plano Odontológico, a Nossa Caixa se mostrou disposta a negociar. Para isso, será agendada uma nova rodada de negociação específica sobre o tema.

O banco se negou a negociar qualquer pauta referente a assuntos financeiros. Dentre eles estão inclusos: equiparação de salário dos novos funcionários, gratificação variável e isenção de tarifas e cobranças. Também não aceitaram discutir a efetivação dos chamados Caixas Eventuais.

As negociações serão retomadas para aprofundar os debates.

Veja com mais detalhes as informações das negociações no site: www.sbbaretos.org. (Notícias)

Aposentados pré-75 se reúnem com direção do Santander

Pela primeira vez, desde 2000, os aposentados e pensionistas do Banespa pré-75 conseguem se reunir com a direção do Santander e apresentar ponto a ponto os problemas enfrentados por eles e cobrar explicações sobre a transferência, para o banco, de títulos que garantiriam a complementação e o reajuste salarial do segmento pré-75 e do plano V do Banesprev.

O debate foi intenso e contou com a presença de 14 representantes dos aposentados - Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa - CNBA/ Afubesp, Afabesp, Afabans e Sindicatos.

O encontro foi intermediado pelo deputado Nelson Marquezelli - PTB.

De acordo com o parlamentar, não avançaram as negociações sobre as cláusulas econômicas relativas ao pagamento dos benefícios dos aposentados do Banespa. Por isso, serão necessárias novas reuniões com representantes da instituição e dos aposentados.

O vice-presidente do Santander irá comunicar a nova data, que deverá ocorrer no máximo até a primeira semana de março.

Santander deve oficializar seu patrocínio ao Banesprev

O Santander assumiu o compromisso de manter, oficialmente, o patrocínio que já proporciona, de

modo informal, ao Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev). Esse foi o único ponto de consenso na reunião realizada

Reajuste dos benefícios

O maior entrave é o reajuste de 61% dos benefícios e aposentadorias, pleiteado pelos aposentados. O benefício ficou cinco anos congelado, sendo essa a razão da perda.

Representantes dos trabalhadores reclamam prejuízos superiores a R\$ 20 bilhões (em valores atualizados) envolvendo recursos que deveriam pertencer ao fundo de pensão do antigo banco estatal.

BANCO DO BRASIL

Festa para banqueiros do mundo e mais pressão para bancários

O Banco do Brasil comemora em 2008 seus 200 anos. Na contramão do momento que os trabalhadores estão vivendo, sem receber pagamento das substituições e sobrecarregados de trabalho devido à falta de funcionários, a empresa está organizando um megaevento de comemoração.

Segundo o site do jornal Correio da Bahia, uma grande festa

da instituição está sendo programada para o dia 5 de abril, no Carnival Center, em Miami. A notícia revela que grandes banqueiros do mundo estarão presentes no evento, que tem na comissão organizadora o jor-

nalista e produtor baiano Carlos Borges, que reside nos Estados Unidos. O nome sugerido para comandar a comemoração dos banqueiros é o da cantora Ivete Sangalo. A organização do evento está verificando a disponibilidade de data e cachê da cantora.

Como pode o Banco do Brasil arcar com um cachê estimado em mais de R\$ 400 mil por hora em um evento nos EUA destinado a banqueiros? Isso sem falar com todo o gasto com infra-estrutura. Será uma vergonha, se confirmado, esse gasto em um momento como este. Os bancários não vêem motivos para comemorar os 200 anos.



A Cassi é uma entidade fundamental para milhares de funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil. Após anos de dificuldades financeira impostas pela direção do BB, em 2007 a Contraf-CUT e outras entidades de representação do funcionalismo arrancaram um novo estatuto e indicaram o "sim" para a proposta, que foi aprovado em sua última versão por ampla maioria dos associados e deu fôlego à Caixa de Assistência.

Agora é preciso negociar o plano odontológico, garantir atendimento de qualidade, aumentar o controle da gestão, com prestação de contas aos associados.



Foram inscritas duas chapas que concorrerão para eleger o Diretor de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes e membros do Conselho Deliberativo e Fiscal. O Sindicato apóia a chapa 1 "Diga sim pra Cassi". Os funcionários da ativa votarão através do

Sisbb e os aposentados receberão senhas para votar por telefone. O período de votação vai de 2 a 12 de abril.

A chapa 1 "Diga sim pra Cassi" inclui representantes da ativa e aposentados, com diversidade de gênero de todo o país. Por São Paulo, o coordenador da Comissão de Empresa Marcel Barros está concorrendo para o Conselho Deliberativo.

CCV - SANTANDER BANESPA

Assembléia aprova CCV no Santander/Banespa

Ex-funcionários do Santander Banespa, em breve poderão recorrer à Comissão de Conciliação Voluntária para solucionar conflitos trabalhistas com mais agilidade.

A instalação da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) do Santander/Banespa foi aprovada em assembléia realizada na sede do Sindicato no dia 31 de janeiro. A partir de agora, os ex-bancários do Santander/Banespa, poderão agendar consultas com o departamento jurídico da Entidade no âmbito da CCV, cujo objetivo é buscar a conciliação e a solu-

ção de conflitos trabalhistas envolvendo o banco e seus antigos funcionários. A CCV dispensa a necessidade de ingressar com ações judiciais. Por meio dela, podem ser tratadas questões como hora-extra, 7ª e 8ª horas, desvio de função, entre outras.

Esses mecanismos de resolução de pendências de contratos de trabalho, também estão em funcionamento para ex-bancários do ITAÚ, Unibanco, Banco do Brasil e do HSBC. Os resultados conquistados até agora com a instalação das primeiras CCV's são positivos.

Essa é mais uma opção que traz agilidade, resultado e resgata direitos dos trabalhadores. "Com a CCV, em vez de o bancário recorrer à Justiça, caso ele queira, pois a comissão é voluntária, os problemas podem ser resolvidos em até 30 dias", diz o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira, que também é membro da Comissão.

Serviço: As entrevistas com o departamento jurídico em breve, após assinatura do acordo, poderão ser marcadas na sede do Sindicato ou pelo telefone (17) 3322-3911.

Falta de informações causa apreensão no Real ABN

Os bancários do Real ABN estão com muitas dúvidas e apreensivos sobre o que poderá ocorrer a partir de abril. O desconforto foi provocado por comunicado do banco, em 2007, que afirmava que nada mudaria até o 1º trimestre de 2008.

O Sindicato através do diretor, Vereador e presidente da Câmara Municipal de Barretos Ezisto Hélio F. Césari, apresentou em sessão realizada no dia 24 de setembro 2007, um manifesto em defesa do emprego dos funcionários do ABNAMRO Real, solicitando empenho das lideranças políticas do país no acompanhamento do processo de fusão do Banco ABN/Santander, e a retomada das negociações com relação a manutenção dos empregos de mais de 53 mil trabalhadores bancários o qual teve aprovação unânime dos vereadores. O ofício de nº GAG 1.348/2007 de 25/09/

2007, foi encaminhado pela Câmara Municipal de Barretos ao presidente Lula, Ministro da Fazenda, Ministro do Trabalho, Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Presidente do Banco

bosa, e à diretora de Recursos Humanos, Mônica Cardoso, com pedido de explicações e a abertura de negociações. Além disso foi apurado que o plano de ação (que trata da fusão do Real e Santander) deveria ter sido concluído no final do ano passado e divulgado nas diretorias do banco, mas até o momento os trabalhadores não foram chamados para conhecer detalhes da estratégia.

Ao mesmo tempo, áreas administrativas e operacionais receberam instruções para entregar até março os seus relatórios de negócios e de atividades. Também, neste início de mês, o Santander convocou a direção do Real para participar da reunião anual, em Madri. Portanto, o sindicato estará cobrando a efetiva participação dos trabalhadores em qualquer mudança estrutural que tenha impacto imediato ou futuro na vida dos funcionários.



Central entre outros, cujo acuso de recebimento se deu na data de 20 de outubro de 2007 pelo chefe de gabinete da presidência do Senado Federal.

Os representantes dos trabalhadores também já enviaram carta ao presidente do banco, Fábio Bar-



Convênios/Sugestões

Visando aprimorar a forma de indicação pelos associados para que o Sindicato formalize novos convênios, a entidade abre um novo espaço para receber sugestões.

“É importante que haja interesse por parte do conveniente para a formalização do convênio com o conveniado, no caso o Sindicato” comenta a diretora da Entidade

responsável pela pasta, Solange Gomes.

Queremos saber onde e qual o convênio você gostaria.

Aproveite para se manifestar!

Acesse o Site:

www.sbbarretos.org

Convênios - Escolas e Faculdades

Bancários sócios do Sindicato e seus dependentes da Ativa e Aposentados tem desconto em escolas e faculdades. Maiores informações no Sindicato, pelo telefone (17) 3322 -3911 ou acesse www.sbbarretos.org, no menu selecione convênios.





Bancários sócios do Sindicato já podem se cadastrar para receber torpedos nos celulares

De forma a agilizar o cadastramento dos associados do sindicato de ativos e aposentados, a entidade já disponibilizou no site www.sbbaretos.org, o cadastro para os interessados em receber informações via torpedos nos celulares.

O mais novo canal de comunicação com o associado, será totalmente gratuito.

O presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira, informa que é importante que seja cadastra-

do o número do celular que vai receber as notícias.

As linhas de outras áreas poderão também inscrever, mais deverão fornecer o código DDD de sua cidade.

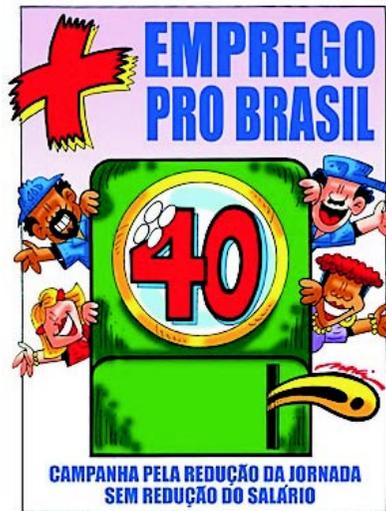
Quem se interessar em fazer o cadastro que não seja da forma digital, entre em contato com a secretaria pelo fone (17) 3322-3911. Esse é mais um veículo de informação que vem somar ao já tradicional Jornal do bancário e ao novo Site.

Campanha Nacional Unificada pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário

No dia 11 de fevereiro, a CUT e outras centrais sindicais realizaram o primeiro ato da campanha pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais com manutenção do salário, lançada no dia 21 de janeiro.

O objetivo das centrais é recolher um milhão de assinaturas até o 1º de maio, Dia do Trabalhador. O abaixo-assinado será enviado aos parlamentares para cobrar que votem os projetos que regulamentam a redução da jornada.

A redução da jornada sem reduzir salários, visa a criação de empregos de qualidade, uma distribuição de renda justa e preservação dos empregos já existentes. A luta foi reafirmada na IV Marcha dos Trabalhadores, com os eixos redução da jornada de trabalho, mais e



melhores empregos e fortalecimento da seguridade social e das políticas públicas.

De acordo com estudo do Dieese, a medida geraria em torno de 2,2 milhões novos empregos. Hoje, a última alternativa utilizada pelos empresários para aumentar a produtividade é a rotatividade e a terceirização.

Por outro lado, a realização das horas extras, no Brasil, exclui mais de 1,2 milhão de postos de trabalho, segundo o Dieese. Os bancos alcançam lucros maiores a cada ano e não se pode deixar que trabalhadores adoecem fazendo horas extras e com um ritmo tão intenso de trabalho. A redução da jornada, com outras medidas necessárias, diminuiria o desemprego, a informalidade, e a precarização do trabalho.

Redução da Jornada é qualidade de vida

Este tema é cotidiano nas discussões dos trabalhadores e trabalhadoras também do ramo financeiro.



Marco Antônio Pereira
Presidente

A categoria já tem uma convenção coletiva que determina uma jornada de 30 horas semanais. Esta convenção existe há muito tempo e é decorrente das dificuldades enfrentadas na realização do trabalho ban-

cário. Nas últimas campanhas salariais os bancários tem reivindicado a diminuição da jornada para 25 horas, por conta do ritmo intenso exigido no meio, que tem apresentado um alto nível de adoecimento na categoria, muito em decorrência da enorme pressão que hoje o bancário e a bancária estão expostos.

“Portanto, estamos diretamente nesta campanha, que é geral dos trabalhadores e é perfeitamente adequada às nossas estratégias, visto que há muito tempo temos discutido esta questão que têm ocasionado inúmeros problemas às pessoas, fundamentalmente às famílias no que diz respeito às condições de vida”, comenta o presidente do sindicato, Marco Antônio Pereira.

“Nossa luta é para que a jornada de trabalho de 30 horas seja cumprida, até para que os trabalhadores tenham melhores condições de vida e de trabalho”, diz Marco.

Para nós, a redução da jornada está inserida

no debate sobre qualidade de vida, com trabalho justo, emprego decente, prazeroso, com valorização do trabalhador e da trabalhadora mas também do indivíduo, do ser humano, enquanto mãe, pai, filho, enquanto participante da sociedade que quer ter a possibilidade de ter e usufruir de uma boa vida além de tempo para se qualificar e não uma vida onde se vive para o trabalho, encarcerado dentro de um espaço, de um banco.

Prova disso está na grande quantidade de pessoas que adoecem em decorrência do trabalho, por conta da sanha cada vez mais devoradora do sistema financeiro de acumular e ganhar mais dinheiro.

Esse não é um debate isolado de categoria, esse é um debate da classe trabalhadora, por isso a importância dos bancários estarem engajados a esta campanha enquanto uma categoria importante e bastante organizada.

AUXÍLIO - EDUCAÇÃO

Bradesco

Lucro: R\$ 8,01 bilhões

Auxílio-Educação ?

Os bancários do Bradesco definem nos próximos dias os primeiros passos para a campanha pelo auxílio-educação.

Atualmente, o Bradesco é o único entre os oito maiores bancos que atuam no país que não paga bolsa de estudos para seus funcionários.

“Vamos investir na mobilização dos bancários para arrancar o auxílio-educação no Bradesco, pois não podemos aceitar que o maior banco privado do país seja o único que não oferecer bolsas de estudo aos seus empregados”, diz o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Waldir Recco.

O auxílio-educação é uma antiga reivindicação dos bancários e nos últimos anos os trabalhadores intensificaram a campanha pelo benefício, o que levou à vitória da categoria em praticamente todos os bancos, exceto o Bradesco.

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

Delegacia Regional do Trabalho combate a terceirização ilegal

Programa de fiscalização visa preservar direitos dos trabalhadores e fim de fraudes das terceirizadas.

Durante o seminário sobre terceirização que ocorreu no dia 12 de fevereiro, Lucíola Rodrigues Jaime, delegada regional da Delegacia Regional do Trabalho-SP, anunciou que a DRT-SP tem um programa de combate a terceirizações irregulares.

O foco do programa é autuar falsas pessoas jurídicas, falsos estagiários, falsos temporários etc.

“O programa da DRT é mais um ponto favorável na luta contra a precarização das relações de trabalho no Brasil”, comenta o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira.

O Sindicato tem atuado contra a terceirização que, invariavelmente, leva à fraude dos direitos trabalhistas. “Estamos cansados de ver empresas sendo contratadas pelos bancos que deixam os trabalhadores desprotegidos. Temos que acionar a DRT, a justiça, fazer tudo para tentar recuperar os direitos desses empregados. Para minimizar esses riscos cobramos a responsabilidade solidária. A empresa principal deve responder também pelos problemas que estouram na mão dos trabalhadores, o lado mais fraco da corda”, diz Marco.

Deste modo, no caso de qualquer problema para o trabalhador, a empresa principal e a terceirizada serão acionadas juntamente. A responsabilidade para com o trabalhador é das duas.

O programa da DRT cobra justamente mais responsabilidade solidária das empresas. “Continuamos de olho nas empresas que os bancos contratam, que muitas vezes eliminam postos de trabalho na categoria e precarizam o trabalho. Os funcionários devem denunciar ao Sindicato qualquer irregularidade cometida, finaliza Marco.

Bancários retomam debates sobre o PCS com a Caixa



Acontece no próximo dia 29 de fevereiro a retomada das negociações entre bancários e a direção da Caixa sobre o PCS (Plano de Cargos e Salários). O debate está marcado para começar às 9h e será realizado em Brasília.

Os trabalhadores cobram uma nova tabela de PCS, conforme acordo fechado durante a campanha

nacional do ano passado. Na última reunião, em 21 de dezembro, a proposta preliminar feita pela direção do banco não agradou. Um dos principais problemas é a vinculação da migração para a nova tabela com a adesão ao saldamento do REG/Replan do fundo de pensão dos empregados (Funcef).

Lucro do Unibanco dobra em 2007 e atinge R\$ 3,448 bilhões

O Unibanco anunciou um salto expressivo nos lucros de 2007.

A marca do período chegou a R\$ 3,448 bilhões, o que representa uma alta de 97% sobre o R\$ 1,75 bilhão registrado em 2006. No quarto trimestre, os ganhos somaram R\$ 827 milhões, ante R\$ 576

milhões um ano antes.

Os ativos totais do Unibanco atingiram R\$ 149,597 bilhões, com elevação de 44,2% em relação a 31 de dezembro de 2006.

“Ao praticamente dobrar seu lucro de um ano para outro, o Unibanco demonstra sua capacidade

de compensar o esforço dos bancários, pagando dois salários de PLR mais um bom adicional para todos os funcionários da instituição”, frisa o diretor do sindicato e funcionário do Unibanco, Alencar Theodoro.

O banco confirmou o pagamento da PLR para o próximo dia 29/02.

ITAÚ

Inscrições para o programa encerrarão no dia 29 de fevereiro

As inscrições devem ser feitas via estação administrativa. Os funcionários têm que preencher a ficha de inscrição na “agência digital” ou no “digital Itaú”. Para quem trabalha no Personalité, a ficha de inscrição está no “digital Itaú Personalité”. A rota a ser seguida é: Rh/bolsa auxílio educação.

Também é importante manter o currículo atualizado, e isso poder ser feito no portal RH. A rota a ser seguida é: Minhas informações / Currículo profissional / Atualização. O auxílio-educação compreende 1400 bolsas, no valor de 50% da mensalidade, limitadas a R\$ 320, para os funcionários não comissionados cursarem a primeira graduação. Os critérios que serão analisados são tempo de banco, idade, período que está cursando e salário.

ABN Real

Prazo de inscrição: até 29 de fevereiro para os bancários que já possuem bolsa e de 3 a 14 de março para quem entrar com o pedido pela primeira vez. **Valor:** 50% do valor da mensalidade para graduação e pós, sem teto, mas os cursos têm que estar relacionados à área de negócios da organização e também à função do bancário.

INSEGURANÇA BANCÁRIA

Bancos recebem 33 multas por falta de segurança Duas agências interditadas

A Polícia Federal, por meio da AGU (Advocacia Geral da União) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a retirada das portas de segurança dos bancos na cidade de São Paulo. A PF também estuda a possibilidade de implantar no Brasil inteiro mais um mecanismo de segurança, como os chamados malotes inteligentes.

As informações foram repassadas aos bancários no dia 18/02, durante a 71ª reunião da CCASP (Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, do Ministério da Justiça), ocorrida na sede da Polícia Federal em Brasília.

A CCASP também aplicou 33 autuações con-



tra agências bancárias de todo país, principalmente pela ausência de um plano de segurança decente e pela falta de vigilantes, sobretudo nos autoatendimentos. Algumas agências são reincidentes. Duas agências foram interditadas, sendo o

Santander da Prefeitura da Taquaral e a Nossa Caixa de Rancharia, SP.

Outro problema grave é com relação à aplicação da Lei 7102/83, que proíbe “o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numérico, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça”.

As 35 autuações recebidas pelos bancos estão divididas assim: Bradesco (9 multas), Banco do Brasil (8), Santander (7), Itaú (5), Nossa Caixa (2), Unibanco (2), ABN/Real (1) e Mercantil (1).

CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Câmara analisa projeto que inclui correspondentes bancários na categoria



O projeto de lei 1417/07, do deputado licenciado Carlos Bezerra, prevê que os empregados de empresas credenciadas para a prestação de serviços de correspondente bancário sejam incluídos na categoria. Com isto, fica garantido o cumprimento da Convenção Coletiva, como a equiparação da jornada de trabalho e salários. Os trabalhadores do setor de correspondente bancário atualmente cumprem jornada de 8 horas diárias e 44 semanais e são contratados como comerciários.

Na década de 80, os bancos começaram a segmentar a categoria, com as terceirizações e, principalmente, a criação dos correspondentes bancários. Naquela época, o Brasil tinha mais de 1 milhão de bancários e, hoje, foram reduzidos a pouco mais de

400 mil. Grande parte dos postos de trabalho foi substituída por esta mão de obra que ficou à margem da categoria e que perdeu os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho. Foi justamente para representar esses milhares de trabalhadores excluídos da categoria que os bancários criaram a Contraf-CUT. (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) A Confederação nasceu para se contrapor a esta segmentação dos bancos.

O projeto tramita em caráter conclusivo e apensado ao PL 14/99, que trata de assunto semelhante. Os textos serão analisados pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Os correspondentes bancários

A função de correspondente bancário foi criada pela Resolução 2.707/00 do Conselho Monetário Nacional. O objetivo era permitir que a população de localidades distantes ou de bairros pobres, sem agência bancária, tivesse acesso a serviços básicos, como abertura de contas correntes e de caderneta de poupança, pagamento de contas, recebimento de salários, execução de ordens de pagamento, análise de crédito e movimentação de aplicações financeiras. Entretanto, os cor-

respondentes só atuam hoje nos principais bairros dos centros urbanos.

Os principais agentes que se tornaram correspondentes bancários foram as agências lotéricas e de Correios e empresas comerciais como farmácias e padarias. A contratação dos serviços é regulamentada pelo Banco Central.

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43). Para o autor, é necessário corrigir essa distorção. “É

inegável que ele está sujeito ao que se chama de fadiga mental, pois o trabalho exige permanente atenção”, justifica o parlamentar.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Agentes Bancários (Asbracob), existem no Brasil aproximadamente 90 mil pontos de atendimento de correspondentes bancários. O número supera a quantidade de agências bancárias no País, que é de cerca de 50 mil.

28 de fevereiro – Dia Internacional de Prevenção a LER/DORT



A L.E.R (Lesões por Esforços Repetitivos), representa uma síndrome de dor nos membros superiores, com queixa de grande incapacidade funcional, causada primariamente pelo próprio uso das extremidades superiores em tarefas que envolvem movimentos repetitivos ou posturas forçadas. Também é conhecido por L.T.C. (Lesão por Trauma Cumulativo) e por D.O.R.T. (Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho).

De acordo com o diretor do Sindicato Alencar Theodoro, a grande dificuldade para a prevenção é a desinformação por parte dos empresários e o medo do desemprego, o que leva muitos trabalhadores a ocultar a dor. “Quando há entendimento por parte da empresa sobre a LER/DORT, não há medo entre os trabalhadores, mas sim uma troca de informação para solucionar o problema”, explica o dirigente.

No caso específico do Ramo Financeiro a preocupação é ainda maior, tendo em vista que a categoria bancária é uma das que encabeçam as estatísticas do INSS em causas de afastamento do trabalho.

Juntos com os bancários também estão os

metalúrgicos, digitadores, operadores de linha de montagem, operadores de telemarketing, secretárias, jornalistas, setor administrativo, entre outros.

Alencar explica que a LER/DORT não é uma consequência natural do processo de trabalho e sim uma anomalia gerada por diversos fatores, destacando-se a política dos grandes grupos econômicos que fazem qualquer coisa para reduzir os custos do trabalho e conseguir lucros cada vez maiores.

“Na prática, as empresas submetem os funcionários a condições inadequadas de trabalho, como jornadas excessivas, ausência de pausas durante a jornada, falta de equipamentos adequados ao tipo físico de quem o utiliza, exigência de rapidez, metas abusivas e movimentos repetitivos por horas. O resultado são trabalhadores doentes em função do serviço e que muitas vezes ficam com lesões irreversíveis. Por isso, a rotina de trabalho para os funcionários de alguns setores, como os do Ramo Financeiro, tornou-se sinônimo de tortura”, enfatiza o diretor.

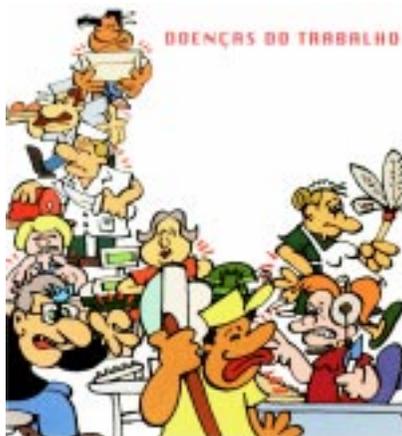
Mais informações acesse o site: www.sbbaretos.org.

Auxílio-doença acidentário tem regras mais justas

Trabalhador não precisa mais comprovar que adoeceu por causa do trabalho para receber o benefício. O ônus da prova agora é da empresa.

O trabalhador que contrair uma doença cujo diagnóstico estiver relacionado ao seu ramo de atividade terá automaticamente reconhecido o nexo com o trabalho. Esta é uma das determinações da instrução normativa nº 16 (IN) do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que estabelece o Nexa Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). O novo critério para concessão de benefício acidentário, que está em vigor desde o dia 2 de abril, atende a uma reivindicação antiga do movimento sindical e dos trabalhadores.

O NTEP alterou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas e criou uma nova tabela, que substitui a de 1992,



relacionando os tipos de trabalho com as doenças descritas no Código Internacional de Doenças (CID). No caso dos bancários, a maioria das moléstias do sistema músculo-esquelético e dos transtornos psíquicos passaram a ser atribuídas, por princípio, às condições de trabalho.

Esta nova lista de doenças relacionadas às profissões inverteu o ônus da prova. Isto quer dizer que o trabalhador não precisa mais comprovar que adoeceu por causa do trabalho para receber o benefício. Agora essa obrigação passa a ser da empresa. Ou seja, o empregador é que deve provar que a doença de seu funcionário não tem relação com o seu tipo de função.

Seguro Acidente de Trabalho

Assinado pelo presidente Lula, em 12 de fevereiro, o decreto que instituiu o NTEP também estabeleceu novas alíquotas para o Seguro Acidente de Trabalho. Com a determinação, as empresas irão pagar entre 1% e 3% do valor da folha de pagamento, de acordo com a quantidade de acidentes registrados. As que tiverem incidência de menos acidentes e doenças provocadas pela ocupação profissional paga-

rão 1% e as que tiverem mais pagarão 3%.

Devido ao grande número de bancários afastados por problemas de saúde, os bancos foram elevados à categoria de alto risco de acidentes de trabalho. Desta forma, as instituições financeiras, que pagam 1% sobre a folha de pagamento ao INSS a título de seguro acidente de trabalho, terão essa alíquota elevada a 3% a partir de 2008, conforme prevê o

decreto.

As empresas que investirem na prevenção de acidentes de trabalho, em segurança e saúde do trabalhador poderão ter desconto de até 50% no valor da alíquota. Porém, as que não fizerem investimentos e aumentarem o número de acidentes deverão pagar até o dobro do valor máximo ao seguro (6%).